

Projeto de pesquisa – graduação

Planejamento Financeiro para o período da aposentadoria: um estudo com os profissionais contábeis

Resumo:

A aposentadoria é um período delicado da vida, onde a pessoa reduz o ritmo de trabalho. Para que seja possível manter o padrão de vida é preciso muita atenção, cuidado, controle e planejamento na fase que a antecede. Diante desse contexto, o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar como os profissionais contábeis de Caxias do Sul projetam suas finanças e orientam seus clientes para obterem uma melhor renda na aposentadoria. Em termos metodológicos, trata-se de uma *survey*, de característica descritiva, sendo os resultados analisados tanto qualitativamente como quantitativamente. Através das respostas dos questionários, acredita-se que a maioria dos profissionais contábeis tenha um planejamento financeiro, no sentido de manterem um padrão de vida confortável para a aposentadoria. Sobre as orientações aos clientes, espera-se que estes recomendem diferentes maneiras de investimentos de acordo com a experiência individual.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro. Aposentadoria. Profissionais contábeis.

1. Introdução

A aposentadoria compreende a fase da vida em que se pretende reduzir o ritmo de trabalho e para qual se cria expectativas de realizar projetos e fazer o que antes não pode ser feito. O que para alguns é algo distante, para outros está próximo e é o período em que poderá literalmente “aproveitar a vida”, pois será possível descansar, dormir, viajar, enfim, usufruir dos prazeres da vida. Porém, para poder desfrutar de uma boa aposentadoria é necessário que sejam feitos projetos e planejamentos para que a saúde financeira permita atingir tais objetivos.

A revista Exame (2014) traz uma reportagem sobre os resultados de uma pesquisa da seguradora Aegon sobre o que os brasileiros esperam para aposentadoria, e as três palavras mais repetidas pelos pesquisados foram: liberdade, lazer e prazer. Para que este tripé se materialize, dinheiro é mais do que necessário.

O resultado da pesquisa foi surpreendente, pois o Brasil ficou em segundo lugar no *ranking* mundial, pontuando 6,8 de 10 no Índice de Preparo para a Aposentadoria. Uma pontuação média, que indica que os brasileiros estão moderadamente preparados para a aposentadoria.

Deve-se constantemente fazer escolhas e estas também se aplicam ao dinheiro. Gastar é fácil, difícil é economizar, e para isso é necessário organização e disciplina. Com um planejamento financeiro, aprende-se a viver em equilíbrio, poupar, consumir de forma consciente, investir com segurança, ampliar o patrimônio e almejar uma aposentadoria sossegada.

A falta de perspectiva e credibilidade na previdência social faz com que as pessoas procurem manter um equilíbrio financeiro, buscando outras fontes de renda que possibilitem uma vida digna ao aposentar-se, sem que isso represente uma redução no seu padrão de vida atual. Os profissionais contábeis estão atuando como instrumentos de apoio gerencial, orientando seus clientes pessoas físicas ou pessoas jurídicas sobre os melhores modelos de renda complementar e participando diretamente das decisões.

2. Delimitação do tema

A Contabilidade estuda o patrimônio, ou seja, os bens, direitos e obrigações da entidade. Pelo método das partidas dobradas, registra os atos e fatos ocorridos de forma a gerar relatórios que auxiliam na tomada de decisões.

A Contabilidade ramifica-se em vários segmentos, como por exemplo, auditoria, controladoria, custos, finanças, estratégica, dentre outros. A Contabilidade Estratégica engloba o planejamento para verificar a viabilidade de investimento, a elaboração de planos e ações para atingir os objetivos, antecedendo possíveis dificuldades futuras.

O planejamento financeiro envolve o desenvolvimento de uma estratégia, de modo que haja recursos suficientes para financiar os objetivos pretendidos pelos indivíduos. Diante do leque diversificado de atividades, Iudícibus, Marion e Faria (2009) definem como tarefa básica do contador a produção e o gerenciamento das informações úteis para tomada de decisões.

O profissional contábil deve estar apto para auxiliar seus clientes pessoas físicas ou pessoas jurídicas e a si próprio a analisar a forma mais vantajosa para se obter o resultado financeiro desejado. Com planejamento financeiro é possível enfrentar imprevistos, realizar projetos e investimentos para um futuro mais seguro.

A aposentadoria é direito de todo trabalhador, é a fase em que a pessoa deixa de trabalhar ativamente e passa a receber uma pensão do Estado, calculada conforme fator previdenciário, porém com a falta de credibilidade da seguridade social, a pessoa deve avaliar outras formas de aumentar suas rendas neste período. Planejar e organizar as finanças pessoais é o primeiro passo para que se possa manter ou melhorar o padrão de vida nesta fase.

A pauta deste estudo consiste na verificação das formas de planejamento financeiro que os profissionais contábeis utilizam para projetar uma aposentadoria tranquila, sem que tenham que ficar na ativa para poder manter o padrão de vida atual, assim como orientam seus clientes a tomarem as decisões para este período futuro.

3. Motivação da escolha do tema

As lacunas deixadas pelo sistema público brasileiro de previdência levam as pessoas a questionar se é possível manter-se somente com a renda das contribuições previdenciárias ou se devem buscar outros investimentos como a previdência complementar, poupança ou outras aplicações. O profissional contábil participa do planejamento financeiro dos seus clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, orientando-os a melhor forma de projetar suas ações para alcançarem seus objetivos.

O profissional contábil atua como organizador das informações financeiras e fator influente na tomada de decisões. Com tamanha responsabilidade está financeiramente, o profissional preparando-se e orientando seus clientes para a fase futura de redução ou interrupção da sua jornada de trabalho? A curiosidade em verificar quais ferramentas de planejamento são utilizadas para controlar receitas e despesas, investir no futuro e manter o padrão de vida atual na aposentadoria, bem como as formas pelas quais acompanham seus clientes em seus planejamentos financeiros é uma das motivações da escolha deste tema.

O planejamento financeiro faz parte da rotina dos pesquisadores envolvidos no presente estudo e se mostra muito eficaz para atingir os objetivos propostos. A importância desta ferramenta fez com que se procurasse incentivar a todos, independente da profissão, a projetar e planejar seu futuro financeiro para terem uma sossegada e feliz aposentadoria.

4. Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar como os profissionais contábeis de Caxias do Sul projetam suas finanças e orientam seus clientes para obterem uma melhor renda na aposentadoria.

5. Objetivos específicos

- Realizar revisão da literatura sobre os assuntos correlatos;
- Conhecer as principais opções de investimento para pessoa física;
- Identificar as variáveis que influenciam nas decisões dos investimentos;
- Elaborar questionário de pesquisa;
- Selecionar o perfil do público alvo para aplicação do questionário;
- Visitar, entrevistar e aplicar o questionário;
- Avaliar comportamento financeiro dos profissionais contábeis de Caxias do Sul em relação a suas próprias finanças e a de seus clientes.

6. Justificativa

De acordo com o Jornal do Brasil (2012), em regiões com população envelhecida como é o caso da Europa, a aposentadoria tornou-se um sério desafio para o sistema previdenciário. Isto porque a população não é jovem e esta não pode desempenhar nenhuma atividade produtiva, tendo o Estado que suportar uma importante carga econômica.

Mesmo que a expectativa de vida dos brasileiros tenha aumentado e pareça positiva para muitos, não se pode esquecer das implicações financeiras desta nova realidade, pois juntamente com a redução da taxa de fecundidade, conforme IBGE (2014), o Brasil tende a se tornar um país de idosos. Diante da realidade atual e das perspectivas futuras, faz-se necessário e até indispensável um planejamento financeiro para garantir uma aposentadoria mais segura e tranquila.

Poucos estudos foram desenvolvidos acerca do planejamento financeiro para aposentadoria, desta forma, no contexto acadêmico/científico a pesquisa busca contribuir através de embasamentos teóricos, conceitos sobre o tema e incentivar a população acadêmica a preparar seus planejamentos financeiros para não terem surpresas desagradáveis na fase que teria que ser de tranquilidade. Propõe também a inserção destes conteúdos nos cronogramas de disciplinas do ensino fundamental ao superior.

Como muitos profissionais permanecem na ativa após a aposentadoria, por falta de planejamento financeiro, sob o ponto de vista profissional esta pesquisa demonstrará na prática que com disciplina e controle é possível concretizar os objetivos propostos para este período.

7. Referencial Teórico

7.1 Contabilidade

Sá (2006) define Contabilidade como sendo a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais e as relações que estabelecem. O significado do termo patrimônio para Marion (2008) é o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa.

A definição de bens por Ribeiro (2011, p. 4) é que são “coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica”, ou seja, é tudo que a empresa possui para uso, troca ou consumo. Se estes têm forma física são denominados tangíveis e se não forem constituídos de matéria, são intangíveis. Como exemplos de bens tangíveis citam-se:

imóveis, veículos, estoques, dinheiro e intangíveis: marcas e patentes de invenção. Os valores que uma empresa ou pessoa tem a receber são os direitos e os valores a pagar são as obrigações.

Para Iudícibus e Marion (2000) a Contabilidade é utilizada como instrumento para tomada de decisões, pois ela coleta, mensura e registra os dados econômicos em forma de relatórios que servem de base para análise e tomada de decisões.

Os mesmos autores consideram que a Contabilidade não se restringe apenas aos limites da empresa, aos administradores e gerentes (usuários internos), mas também a outros segmentos (usuários externos), onde se pode citar: investidores, fornecedores, instituições financeiras, governo e sindicatos.

7.2 Ramos da Contabilidade

A Contabilidade por ser responsável pela elaboração de relatórios para tomada de decisões abrange vários ramos, entre os quais se destacam: Custos, Industrial, Gerencial, Auditoria, Perícia, Estratégica, Financeira, etc.

Conforme Iudícibus e Marion (2000) a Contabilidade de Custos envolve o cálculo, interpretação e controle dos custos dos bens fabricados ou comercializados, ou dos serviços prestados pela empresa.

A Contabilidade Industrial é aplicada ao campo das indústrias, que se constituem com a finalidade de exercer atividade industrial, com objetivo de lucro. A atividade industrial é caracterizada pela transformação de matérias-primas em produtos. (FRANCO, 1991)

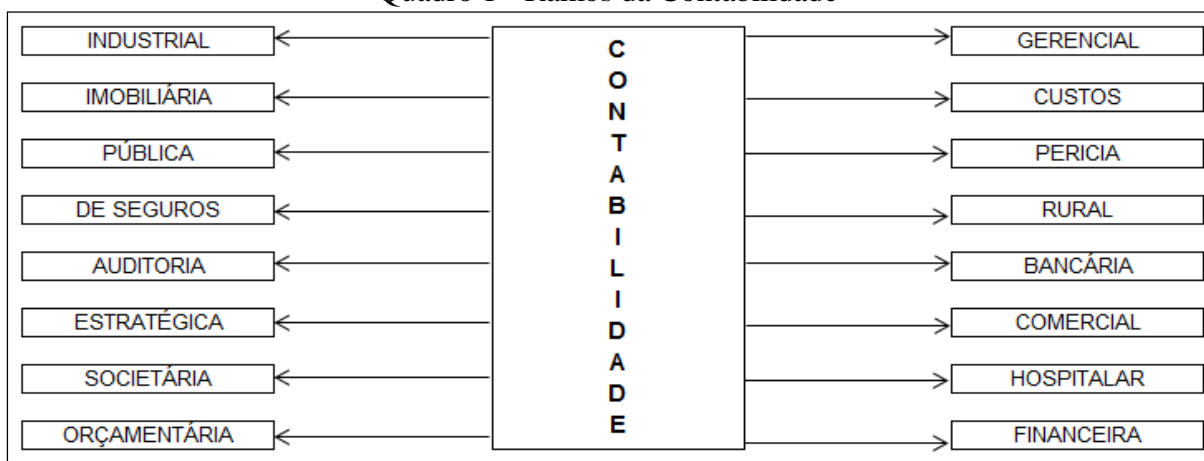
A Contabilidade Gerencial não se prende aos princípios fundamentais da Contabilidade, utilizada para fins internos, procura um elenco maior de informações para tomada de decisões. (IUDICIBUS; MARION, 2000). Complementando o conceito dos autores, Crepaldi (2002) descreve que este ramo da Contabilidade é voltado para uma melhor utilização dos recursos econômicos através de um adequado controle de insumos.

Outro ramo é a Auditoria Contábil que para Iudícibus e Marion (2000) consiste em examinar, verificar a exatidão dos procedimentos contábeis. Já a Perícia “é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos”. (ALBERTO, 2007, p. 3). A Perícia Contábil examina as coisas e os fatos contábeis, reportando sua autenticidade e opinando sobre as causas através de laudos e relatórios.

Crepaldi (2002) define Contabilidade Financeira como sendo o planejamento financeiro, administração do fluxo de caixa, contas a receber e a pagar, administração dos recursos financeiros, elaboração de relatórios para usuários externos. Bodie e Merton (2002) apresentam as finanças, que são os estudos de como as pessoas alocam seus recursos ao longo do tempo. Afirmam que o conhecimento em finanças é essencial para as pessoas, pois ajuda a administrar seus próprios recursos. Se for ignorante sobre o assunto, deverá lembrar-se de um velho ditado: “Um tolo e seu dinheiro logo se separam”.

A Estratégia é definida por Chiavenato e Sapiro (2009) como sendo o pensar antes de agir. Consiste em avaliar os ganhos e vantagens de uma situação futura, uma escolha dentre várias hipóteses existentes. A definição de Porter (2004) para estratégia competitiva é uma combinação de metas que a empresa busca e dos meios pelos quais fará uso para atingi-las. Da mesma forma, Oliveira (2013) resume planejamento estratégico como sendo relacionado com objetivos de longo prazo e ações e estratégias para alcançá-los.

Quadro 1 - Ramos da Contabilidade



Fonte: Adaptado de Iudícibus e Marion (2000, p. 44-45)

7.3 Gestão Financeira Pessoal

Da mesma forma que as empresas, as pessoas têm, ou deveriam ter, suas fontes de receitas e em contrapartida suas despesas. As etapas de planejamento, controle e acompanhamento destas receitas e despesas são compreendidas pela gestão financeira pessoal. O objetivo principal é equilibrar o resultado, tendendo buscar sempre maiores receitas que despesas para obter um saldo positivo que poderá ser utilizado como fonte de reserva ou aplicado para eventuais necessidades. (GODOY; MEDINA; GAZEL JUNIOR, 2006)

Com a estabilização da economia em 1994, através da implantação do plano real, o planejamento financeiro está tornando-se rotina dos brasileiros que cada vez mais estão dando importância à saúde financeira pessoal. Outros fatores que vem alavancando essa evolução são a previdência complementar, as linhas de créditos e as diversas opções de investimento, cada vez mais acessíveis.

Rassier (2010) orienta que guardar dinheiro pela simples razão de guardar não é a mais acertada escolha para acumular patrimônio e usufruir a longo prazo de conforto e segurança. A definição de objetivos mensuráveis e atingíveis para vida financeira é o ponto de partida.

A definição de planejamento financeiro pessoal pelo autor consiste no “desenvolvimento e na implementação de um plano total, coordenado, para se chegar à condição financeira desejada”.

Macedo Junior (2007) resume planejamento financeiro como sendo o processo de gerenciar seu dinheiro com a finalidade de atingir a satisfação pessoal. Segundo ele, através do planejamento é possível controlar sua situação financeira de modo que atenda às necessidades e alcance objetivos no decorrer da vida. Neste contexto, o planejamento inclui programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos.

De forma semelhante Frankenberg (2003) diz que o planejamento financeiro pessoal significa estipular e seguir uma estratégia aprimorada e dirigida para acumulação de valores e bens que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou família. Esta estratégia pode ser para curto, médio e longo prazo, e atingi-la pode ser uma tarefa árdua, porém cada indivíduo pode estabelecer metas para si próprio e periodicamente deverá revisá-las e alterá-las conforme suas preferências e necessidades.

O autor ressalta ainda, que seja grande ou pequena sua renda atual, não existe mágica para formar um patrimônio, é fundamental que a pessoa se discipline para não gastar mais do que ganha.

Para construir uma vida tranquila financeiramente, o primeiro passo, de acordo com Ressler (2010) é conhecer sua situação atual, onde deve ser feita uma análise dos gastos, do endividamento, das receitas, do crescimento de seu patrimônio, enfim, da organização de suas finanças. Quanto ao controle das finanças, o autor salienta: “quem não sabe quanto gasta, não controla suas dívidas ou não tem noção da sua evolução patrimonial, vai ter grandes dificuldades para atingir o equilíbrio de suas finanças pessoais”. Complementando a afirmação do autor, Kiyosaki e Lechter (2003) informam que a pessoa que não tem controle de suas demonstrações financeiras, é o investidor de maior risco.

O processo de planejamento financeiro começa, segundo Gitman (2001) com planos financeiros estratégicos ou planos a longo prazo, que acabam guiando a formulação de planos e orçamentos a curto prazo ou operacionais.

Constata-se a unanimidade dos autores ao enfatizar que o sucesso do planejamento financeiro depende do controle e consciência de cada pessoa em relação a suas receitas e despesas.

7.4 Ferramentas de auxílio no planejamento

Como o planejamento financeiro consiste na elaboração de estratégias para atingir os objetivos propostos, o auxílio de ferramentas contábeis na formulação e execução do projeto é fundamental para o sucesso da sistemática. Todas as receitas e despesas serão apuradas, desta forma, pode-se iniciar com um orçamento e seguindo com um fluxo de caixa.

Godoy, Medina e Gazel Junior (2006) lembram que o segredo de todo orçamento é ter o menor custo fixo possível, pois é este que determina o padrão de vida; a partir do momento em que este for elevado, as receitas também terão de ser.

O orçamento é individual para cada pessoa, família ou organização, pois neste irão contar as entradas e saídas de recursos. É fácil controlar as entradas mensais, basta ter em mãos o contra cheque. Despesas fixas da mesma forma são fáceis de identificar e normalmente não sofrem grandes variações mensalmente. Já as despesas variáveis são complexas de serem identificadas e normalmente escapam do controle.

Martins (2004) classifica as despesas em quatro grupos:

- Obrigatórias fixas: aquelas inevitáveis, cujo valor é fixo e não podem ser reduzidas nem eliminadas, a não ser que se mude radicalmente o padrão de vida;
- Obrigatórias variáveis: necessárias, porém sobre as quais se tem margem para reduzir ou aumentar, não podem ser eliminadas, mas podem ser reduzidas;
- Não-obrigatórias fixas: não se tem a obrigação de ter, porém uma vez que se decida tê-las, tornam-se fixas, podem ser eliminadas, porém não reduzidas;
- Não-obrigatórias variáveis: não são obrigatórias de ter e caso as tenha, podem ser eliminadas e reduzidas.

Conforme Ross, Jaffe e Westerfield (1995) o orçamento de caixa permite aos usuários identificar as necessidades e oportunidades financeiras de curto prazo, de forma simples, registra estimativas de entradas e saídas de caixa.

Orçamento é a técnica utilizada que sintetizará o somatório de ingressos e o somatório de desembolsos a serem movimentados no período, permitindo detectar antecipadamente se resultará em excedente ou escassez de recursos financeiros no período projetado. (ZDANOWICZ, 1995).

Para Hoji (2008) “administrar sem guia é como andar no escuro, sem nenhum tipo de apoio”. Complementa ainda, que o planejamento orçamentário projeta o conhecimento antecipado dos resultados e serve de guia ou controle para ações a serem executadas para alcançar os objetivos propostos.

Toledo (2008) destaca que com o orçamento é possível estabelecer prioridades, definindo com antecedências onde gastar menos e qual será o destino da receita mensal. Não tente montar um orçamento fictício com valores menores apenas para achar que conseguiu economizar.

Para Ross, Westerfield e Jordan (2000) o fluxo de caixa é simplesmente a diferença percebida e tida entre a quantidade de dinheiro que entrou no caixa e a quantidade que saiu. Devido a estas transações esta ferramenta serve para analisar minuciosamente o fluxo de entradas (receitas) e saídas (despesas) periodicamente, possibilitando analisar a real situação financeira.

De acordo com Hoji (2004, p. 88) “o fluxo de caixa é um esquema que representa as entradas e saídas de caixa ao longo do tempo”. Neste demonstrativo deve existir pelo menos uma entrada e uma saída (ou vice-versa).

7.5 Análise dos Resultados

As ferramentas de auxílio no planejamento formam um instrumento importante para tomada de decisão. Através de um acompanhamento histórico delas é possível verificar tendências e hábitos comportamentais, e através disso elaborar um planejamento adequado ao seu estilo de vida.

Existem duas coisas simples a fazer com os valores ganhos: gastá-los ou poupá-los. “O segredo do sucesso financeiro está em encontrar o equilíbrio”. (BITENCOUT, 2004, p. 48).

Após calcular a diferença entre receitas e despesas, é hora de analisar a situação. Macedo Junior (2007) sugere que o resultado seja uma guia para seguir adiante ou parar e rever os objetivos, assim como uma sinaleira:

Quadro 2 – Receitas x Despesas

Sinal verde	<p>Receitas maiores que despesas Prossiga e aproveite para investir a sobra. Gastar menos do que se ganha é poupar, mas só poupar, não resolve. Investir bem o dinheiro é essencial para criação do patrimônio.</p>
Sinal amarelo	<p>Receitas iguais as despesas Fique atento. Procure formas de diminuir as despesas para começar a poupar e investir.</p>
Sinal vermelho	<p>Receitas menores que despesas Atenção! Devem ser tomadas medidas urgentes para deixar de pagar juros e sair do vermelho. Deve-se analisar os demonstrativos buscando diminuir ou cortar gastos com o objetivo de ter alguma sobra e começar a pagar as dívidas. As dívidas podem ser renegociadas ajustando um parcelamento compatível com o orçamento, sendo possível cumprí-lo sem gerar mais dívidas.</p>

Fonte: Adaptado de Macedo Junior (2007, p. 37)

7.6 Mercado Financeiro Brasileiro

Hoji (2008) mostra que as instituições que formam o SFN – Sistema Financeiro Nacional têm como finalidade a intermediação do fluxo de recursos entre poupadores, investidores e tomadores de recursos, regulando e fiscalizando à circulação da moeda e de crédito no País.

O autor informa também que na economia de um lado estão os que possuem poupança financeira e de outro, os que dela necessitam. O mercado financeiro intermedia os dois lados, onde as instituições captam dos depositantes e investidores e cobrando uma taxa de intermediação repassam os recursos aos tomadores.

O aumento generalizado dos preços, que ocasiona a redução do poder aquisitivo da moeda, é a definição de Hoji (2008) para inflação. O autor explica que com o mesmo dinheiro, passa-se a adquirir menor quantidade de produtos e serviços, sendo assim, os indivíduos que forem mais eficientes no controle dos seus gastos terão maiores possibilidades de poupar.

Frankenberg (2003) associa inflação à inserção pelo Governo de meios de pagamento superiores às necessidades da economia. Ocorrendo circulação de dinheiro em demasia, a sociedade tende a consumir excessivamente, acarretando a insuficiência de produtos para todos. Pela lei da oferta e da procura acaba desencadeando um espiral inflacionário, já que os produtos mais escassos tendem a subir.

Hoji (2008) entende que juro é a remuneração do capital. O Governo faz uso da taxa de juro politicamente como instrumento para controlar o nível de consumo e incentivar a poupança.

O autor salienta ainda, que o mercado financeiro determina a taxa de juro, basicamente, em função da oferta e da procura de recursos financeiros e quanto maior for a incerteza do retorno do capital (considerando prazo, ambiente econômico, etc.) maior será a taxa de juro.

As taxas de juros aplicadas sobre o capital podem ser fixas ou flutuantes:

- Fixas: não se alteram durante o prazo da operação financeira de aplicação ou empréstimo, pode ser prefixada, quando é determinada no ato da contratação e pós-fixada quando o valor de juros é calculado após o reajuste da base de cálculo;
- Flutuantes: também conhecidas por variáveis, são as que variam a cada período de capitalização, com base em alguma taxa referencial de juro previamente acordada. Este tipo de juro proporciona maior segurança ao investidor, pois é uma espécie de indexação entre taxa de inflação e taxa de juro.

7.7 Risco

Quando se trata de mercado financeiro, há um grande dilema que envolve a palavra “risco”, que é o quanto se pode perder. De acordo com Godoy, Medina e Gazel Junior (2006, p. 92) “arriscar virou sinônimo de provável ou possível perda, quando, na realidade, risco pode e deve ser simbolicamente ligado a palavra retorno”.

Os mesmos autores afirmam que na vida, para absolutamente tudo se corre risco, e este é determinante para quem tem objetivo de retorno. Todas as aplicações têm riscos e retornos diferentes, onde o custo é igual ao risco e o benefício, ao retorno. Com o crescimento das oportunidades de investimento é fundamental a análise do custo-benefício.

Ross, Jaffe e Westerfield (1995) afirmam que o risco de qualquer investimento é a parcela inesperada da taxa de retorno, aquela que decorre de surpresas, pois se já tivéssemos conseguido o esperado, não ocorreria qualquer incerteza, ou risco.

Gropelli (2002) reitera que o risco, ou incerteza acerca do futuro, causa desvalorização do dinheiro. O risco aumenta com o passar do tempo, pois o futuro é incerto. A maioria das pessoas deseja evitar o risco, por isso valorizam mais o dinheiro agora do que a promessa do dinheiro no futuro e só se dispõem a investir se forem muito bem recompensados pelo risco assumido.

O autor aponta risco e retorno como sendo base para tomada de decisões reacionais e inteligentes sobre investimentos. Aponta a relação entre risco e retorno, onde o retorno do

dinheiro deve ser proporcional ao risco envolvido e o risco uma medida da incerteza dos resultados futuros e da volatilidade dos retornos.

“O risco é definido como o desvio dos resultados esperados em relação a uma média ou valor esperado. Também pode ser considerado uma chance de que ocorra uma perda ou ganho com o investimento num ativo ou projeto. As chances de se obter lucro ou prejuízo podem ser grandes, dependendo do grau de risco (variabilidade dos retornos esperados) associados a um dado investimento”. (GROPPELLI, 2002, p.76)

Zaremba (2007) apresenta recomendações valiosas para investimentos de risco maior:

- O nível de risco aceitável depende da sua idade, do valor dos seus ativos, da sua experiência, do seu conhecimento acumulado no mercado financeiro, portanto, sua percepção ao risco será alterada ao longo de sua vida como investidor.
- Grandes riscos poderão trazer maiores ganhos, mas também grandes perdas, e isto acontecerá, principalmente se não diversificar corretamente seus ativos.
- Aprenda a administrar e a conviver com os riscos.

7.8 Custo de Oportunidade

Godoy, Medina e Gazel Junior (2006) apresentam o custo de oportunidade como sendo aquilo que você deixaria de ganhar quando faz escolhas, uma maneira de mensurar seus projetos e desenvolver parâmetros de comparação.

Segundo Gray e Johnston (1977) o custo de oportunidade é o lucro que poderia ser alcançado se um conjunto de recursos fosse aplicado num certo uso alternativo. Seguindo a mesma linha de pensamento, Leone (2000, p. 76) conceitua o custo de oportunidade como sendo “o valor do benefício que se deixa de ganhar quando, no processo decisório, se toma um caminho em detrimento de outro”.

Por ser a remuneração de menor risco, considera-se a taxa Selic, paga pelo Governo em troca de dinheiro emprestado como nosso custo de oportunidade, e como parâmetro para verificar o retorno sobre os investimentos.

Halfeld (2008) destaca que habitualmente o custo de oportunidade é esquecido, em algumas análises financeiras, por não caracterizar saída do seu bolso em um primeiro instante.

7.9 Perfil do Investidor

A decisão de investimento sofre influências comportamentais. Fatores como o medo do arrependimento, a motivação no momento, a autoconfiança excessiva, a aversão à perda, dentre outros, impactam nas escolhas dos investimentos.

Conforme Frankenberg (2003), Zaremba (2007) e o Portal do Investidor (2014) o perfil dos investidores pode ser classificado da seguinte forma:

- Conservador ou adverso ao risco: o investidor não gosta de alterar hábitos e experimentar coisas e idéias novas. São aqueles que têm verdadeiro terror de perder. Este perfil privilegia a segurança, faz todo possível para diminuir o risco, mesmo que para isso tenha que aceitar uma rentabilidade menor.
- Moderado ou neutro ao risco: procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade, embora não gostem de perder, estão dispostas a assumir riscos para poderem ganhar um pouco mais do que as aplicações mais seguras.

- Arrojado ou receptivo ao risco: o investidor gosta de experimentar coisas e idéias novas. São aqueles que querem ganhar muito, e estão dispostos a assumir os riscos compatíveis com tal possibilidade.

7.10 Opções de Investimento

Investimento é a aplicação de recursos em ativos financeiros que geram algum tipo de retorno para o investidor. Pode ser de liquidez imediata ou não e normalmente oferece algum risco relacionado ao retorno, ou seja, quanto maior o retorno, maior o risco e vice e versa. Não existe uma receita de bolo sobre qual seja o melhor investimento, o investidor deverá analisar qual é o mais adequado para atingir seus objetivos pessoais.

É importante salientar que, além dos investimentos que serão mencionados existem diversos outros produtos ofertados no mercado financeiro, porém o estudo focou-se nos mais citados nas bibliografias estudadas.

Macedo Junior (2007) afirma que os investimentos realizados no mercado financeiro são geralmente classificados em duas categorias: renda fixa, em que os títulos são emitidos pelo governo ou por uma empresa e renda variável, que se refere a ações.

O autor complementa (2007, p. 111) “O ideal é que você diversifique seus investimentos e os distribua entre títulos, imóveis, ações e outros, eventualmente”.

Quadro 3 - Tipos de investimento

Tipo de Investimento	Características	Produtos
Imóveis		Casa, apartamento, terreno
Renda Fixa	- Empresta dinheiro - Recebe juros - Mais conservador	- Títulos públicos e privado; prefixados e pós-fixados - Fundos de Investimento em renda fixa - Caderneta de poupança, CDB, tesouro direto
Renda Variável	- Compra de ações de uma empresa - Recebe lucros - Menos conservador	- Ações - Fundos de investimento em renda variável
Outros		Derivativos

Fonte: Adaptado de Macedo Junior (2007, p. 110-111)

Na renda fixa, conforme Macedo Junior (2007) o investidor está emprestando dinheiro para seu emissor que pagará juros no dia do vencimento do título. O Portal no Investidor (2014) informa que nesta forma de investimento, a remuneração, ou forma de cálculo é definido previamente no momento da aplicação e assim como em qualquer outro tipo de aplicação existe a possibilidade de perda do capital, no todo ou em parte.

No caso da renda variável o contexto é diferente. Para Macedo Junior (2007), quando o investidor adquire ações, está comprando parte da propriedade de uma empresa que poderá ter lucros que serão divididos proporcionalmente conforme a quantidade de ações negociadas de cada acionista. A informação do Portal do Investidor (2014) é que o investidor não tem como saber previamente, qual a rentabilidade da aplicação, porém se a escolha for feita com cuidado avaliando as opções e diversificando os investimentos, a aplicação em renda variável poderá proporcionar um retorno maior que o obtido na renda fixa.

7.11 Aposentadoria

A Lei 8.212/91 prevê em seu art. 3º que a Previdência social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Parágrafo único: A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios;
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

Por muito tempo as pessoas foram levadas a acreditar que o Governo tomaria conta de quem se aposentasse. Através de um instrumento da bondade que seria a previdência social, operada pelo regime da repartição, onde todos os trabalhadores formais pagam a previdência social e os valores arrecadados são distribuídos aos aposentados e pensionistas. Como os empregos formais com registro, a taxa de natalidade e a arrecadação da previdência estão diminuindo e a expectativa de vida, o número de beneficiários e o tempo de vida após aposentadoria estão subindo, o sistema está falindo. (MARTINS, 2004)

Kiyosaki e Lechter (2003) afirmam que muitas pessoas dizem que planejam trabalhar duro por toda vida, e em seguida ficar mais pobres depois de se aposentar. Este plano é muito fraco para a Era da Informação, onde os empregados são responsáveis por sua aposentadoria. Na Era Industrial era o Governo e a empresa que tomavam conta das despesas financeiras das pessoas quando seus dias de trabalho chegavam ao fim.

Os autores ensinam que a educação financeira deve iniciar dentro de casa, onde os pais ensinam os filhos a cuidar de si mesmos financeiramente, não esperando que o governo ou a empresa para qual trabalham lhes cuidem depois de se aposentarem.

Godoy, Medina e Gazel Junior (2006) aconselham: “quanto mais cedo você começar a se preocupar com a aposentadoria, menor o sacrifício que terá de fazer para poder manter o seu padrão de vida”.

De acordo com o portal do Ministério da Previdência Social (2014), o trabalhador poderá usufruir de uma previdência complementar, ou seja, um benefício opcional, para indivíduos que desejam receber valores superiores ao teto do regime ao qual pertencem e para aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho formal. Os valores desta aposentadoria contratada são aplicados pela entidade gestora, com base em cálculos atuariais. No Brasil existem dois tipos de aposentadoria complementar: a aberta e a fechada.

Seguindo as orientações de Martins (2004) deve-se depositar parte dos rendimentos em previdência complementar durante o período que permanecer trabalhando, pois se o cansaço ou o simples desejo de reduzir o ritmo de trabalho lhe afetarem, esta aplicação ajudará a manter o padrão de vida. Uma previdência privada é uma reserva financeira, cujos rendimentos são incorporados ao capital. Ao aposentar-se é possível sacar estes valores de várias formas: saque único, renda vitalícia ou renda temporária, enfim, da forma que será definido seu projeto de vida.

Macedo Junior (2004) informa que os planos de previdência são fundos de investimento geridos por um administrador contratado visando formar poupança, que neste caso é chamada de pecúlio.

O autor destaca que existem dois tipos principais de fundos de previdência, o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Os dois tipos permitem o acúmulo de recursos por prazo determinado. Suas aplicações durante o período são alocadas em fundos de investimento. Os rendimentos da aplicação financeira você recebe integralmente, sem garantia de lucratividade mínima. As taxas de carregamento normalmente são em torno de 2% no PGBL e de 5% a 10% nos planos tradicionais.

A recomendação de Martins (2004) é que antes de contratar um plano de previdência complementar, deve-se listar algumas perguntas e com um consultor financeiro, esclarecer-se sobre o assunto. A escolha de uma instituição sólida, a contratação do plano e o início dos depósitos mensais serão as etapas seguintes. O autor alerta sobre “os vendedores do mercado financeiro”.

“Todo gerente de banco é um vendedor dos produtos e serviços da instituição qual trabalha. Ele não é seu consultor financeiro, pois não tem isenção profissional para sê-lo, por uma razão óbvia: o papel do gerente de banco é defender a sua instituição e não o interesse do cliente”. (p. 84).

No tópico a seguir, apresentam-se os aspectos metodológicos que norteiam esta pesquisa.

8. Metodologia

Richardson (1999, p. 70) afirma que método de pesquisa significa “a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. Segundo Lakatos e Marconi (2011), o trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado, seguindo uma série de regras com a finalidade de explicar um fato ou resolver determinado problema através de hipóteses ou teorias que devem ser testadas experimentalmente podendo ser refutadas ou comprovadas.

Assim, a metodologia condiciona o pesquisador de tal forma que este possa alcançar os objetivos, investigar, demarcar o caminho a ser seguido, dando um direcionamento para execução do trabalho.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa será de levantamento ou *survey*. Para Gil (2008) este tipo de pesquisa utiliza a interrogação direta da população que se procura conhecer, não sendo pesquisados todos os integrantes do universo em questão, mas uma amostra significativa deste, que será tomada como objeto de investigação.

Tripodi, Fellin e Meyer (1975) mencionam que os estudos de *survey* são pesquisas que procuram descrever com exatidão algumas características de um público alvo que se deseja conhecer. Os autores destacam que as pesquisas de levantamento são comumente utilizadas em estudos descritivos em que não há grande exigência em aprofundar os resultados.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Cervo e Bervian (2002, p. 66) informam que a pesquisa descritiva “observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Os autores complementam, que esta tipologia busca descobrir, a frequência com que determinado fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, sua relação e conexão com outros.

Gil (2008) reitera que esta metodologia tem como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno ou população, sendo muito significativa a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Considerando a abordagem do problema, a pesquisa essencialmente é quantitativa, porém com atributos qualitativos. De acordo com Oliveira (1999) a pesquisa quantitativa, como

o próprio termo indica, quantifica opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, bem como emprega técnicas estatísticas para relacionar as variáveis.

Richardson (1999) explica que este tipo de pesquisa geralmente é utilizado em estudos de levantamento ou *survey*, bem como em estudos descritivos, que visam descobrir e relacionar as variáveis com a causalidade entre os fenômenos.

O método qualitativo difere-se do quantitativo por não empregar instrumentos estatísticos no processo de análise de um problema. Alguns autores não distinguem com clareza estas formas de pesquisa por entenderem que a pesquisa quantitativa também, de certo modo, é qualitativa. (RICHARDSON, 1999).

Beuren (2006) orienta que na pesquisa qualitativa são realizadas análises mais profundas, visando destacar características não observadas por meio do estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste.

Desta forma, entende-se que a melhor abordagem para esta pesquisa é a união da metodologia quantitativa e qualitativa, permitindo que se apresentem resultados de precisão na forma quantitativa e de enriquecimento do conhecimento nos qualitativos através da análise.

Em relação aos procedimentos de coleta e análise dos dados, inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica contextualizando conceitos concernentes ao tema do estudo. Em seguida ocorrerá a elaboração do questionário através da ferramenta Google Docs. A coleta de dados se fará pelo envio do questionário via e-mail para todos os associados do Sescon Serra Gaúcha (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas da Região Serrana do Rio Grande do Sul) e Sincontec (Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Caxias do Sul e Região Nordeste), além de visitas presenciais que serão realizadas pela autora para aplicação do questionário.

Em posse dos questionários devidamente respondidos, será realizada a compilação e tratamento dos dados em planilha eletrônica, aplicando fórmulas estatísticas para encontrar as variáveis que serão analisadas. Tabulados os dados, estes serão analisados com base no referencial teórico e alinhados a questão de pesquisa e aos objetivos propostos.

9. Resultados esperados

Pressupõe-se que a maioria dos profissionais contábeis tem um planejamento financeiro, ao mesmo tempo em que, os profissionais ainda atuantes estão confiantes de que manterão um padrão de vida confortável nos próximos anos e os profissionais aposentados estão satisfeitos por terem realizado o planejamento enquanto ativos.

Entretanto, é possível que alguns profissionais contábeis não se preocupam com o futuro financeiro, conseqüentemente, os profissionais aposentados não manterão o padrão de vida que tinham enquanto ativos por falta de planejamento.

Em relação aos clientes, os profissionais contábeis com mais experiência têm um perfil conservador, orientando-os a investirem em rendas fixas ou poupança, já os profissionais com menor período de atuação são moderados e indicam aos seus clientes os investimentos com um pouco mais de risco, porém com maior rentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Talita. **O que os brasileiros esperam para a aposentadoria**. Revista Exame. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/album-de-fotos/o-que-os-brasileiros-esperam-da-aposentadoria>. Acesso 16 set.2014

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2006.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria). UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6506/000486157.pdf. Acesso em 26 out.2014

BM&FBOVESPA. **Mercado de Ações**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/invista-ja/tipos-de-investimentos/acoes.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 27 out.2014

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. Edição revista e ampliada. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASIL. Lei 8.212 de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18212cons.htm. Acesso em 27 out. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COMO INVESTIR. Disponível em: <http://www.comoinvestir.com.br/Paginas/Default.aspx>. Acesso em 27out.2014

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FOLLADOR, Renato. **Quase metade dos aposentados continua a trabalhar**. 2013. Disponível em: <http://blogs.band.com.br/follador/quase-metade-dos-aposentados-continua-a-trabalhar/>. Acesso em 23 set.2014

FRANCO, Hilário. **Contabilidade industrial: com apêndice de contabilidade agrícola**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 12.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira: essencial**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GODOY, José; MEDINA, Luiz Gustavo; GAZEL JUNIOR, Marco Antonio. **Investindo sem erro**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRAY, Jack C.; JOHNSTON, Kenneth Stanton. **Contabilidade e administração**. New York, McGraw-Hill 1977.

GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. 3.ed. São Paulo: Fundamento, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira:** uma abordagem prática. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

_____. **Administração financeira e orçamentária:** matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxas de fecundidade total.** Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total>. Acesso 16 set.2014

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade:** para o nível de graduação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Aposentado jovem e rico:** como ficar rico rápido e para sempre. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos:** planejamento, implantação e controle. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro:** guia para cultivar a sua independência financeira. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos.** São Paulo: Fundamentos, 2004.

MAZZI, Carolina. **População idosa da Europa é um desafio para o sistema previdenciário.** Jornal do Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/02/03/populacao-idosa-da-europa-e-um-desafio-para-o-sistema-previdenciario/>. Acesso em 23 set.2014.

MPAS - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/>. Acesso em 27 out.2014

MONGERAL. **A nova cara da aposentadoria.** Disponível em: <https://www.mongeralaegon.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A9599A6456CA5E801477EF50CFC016B>. Acesso 29 out.2014

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia, práticas. 31.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

PORTAL DO INVESTIDOR. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/> Acesso em 27 out.2014

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RASSIER, Leandro Hirt. **Conquiste sua liberdade financeira: organize suas finanças e faça o seu dinheiro trabalhar para você.** Rio de Janeiro: Elsevier,2010-. . Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/book/9788535237535>>. Acesso em 07 out.2014

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade comercial fácil.** 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSS, Stephen A.; JAFFE, Jeffrey F.; WESTERFIELD, Randolph W. **Administração financeira: corporate finance.** São Paulo: Atlas, 1995.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TOLEDO, Denise Campos de. **Assuma o controle das suas finanças: você feliz, com dinheiro, hoje e no futuro.** São Paulo: Gente, 2008.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry J. **Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais.**Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1975.

VIEIRA, Isabela. **IBGE: com taxa fecundidade baixa, Brasil tende a se tornar país de idosos.** Agência Brasil de Comunicação. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-17/ibge-com-taxa-de-fecundidade-baixa-brasil-tende-ser-tornar-pais-de-idosos>. Acesso em 23 set.2014.

ZAREMBA, Victor. **Ganhar, cuidar & investir: como chegar ao equilíbrio e bem-estar financeiro.** São Paulo: Saraiva, 2007.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento financeiro & orçamento.** Porto Alegre: Sagra - D.C. Luzzatto, 1995.